

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Seguindo seu planejamento estratégico, a Mongeral AEGON dedicou esforços e investimentos no relacionamento com seus parceiros comerciais, desenvolvimento de seus recursos humanos e excelência na prestação de serviços. Desenvolveu ainda estratégias específicas para o aumento expressivo das vendas e arrecadação, crescimento do número de corretores ativos, consolidação das parcerias comerciais existentes, criação de novas parcerias e canais de distribuição, desenvolvimento de novos produtos e soluções, fidelização de clientes, além do contínuo investimento em tecnologia e processos.

Em 2011, a companhia intensificará seus investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais.

A parceria estabelecida entre Mongeral e AEGON em 2009 já apresenta reflexos extremamente favoráveis como maior solidez financeira, crescentes investimentos em tecnologia, aperfeiçoamento de políticas, processos e governança corporativa.

Mongeral AEGON 175 anos

No ano em que completou 175 de existência, a Mongeral AEGON celebrou resultados expressivos e comemorou o fato de nunca ter deixado de operar um só dia, desde a sua fundação em 1835 no Rio de Janeiro, tendo participado de dois Regimes de Governo Brasileiro, a Monarquia e a República.

Como parte da comemoração, a Mongeral AEGON lançou o livro "Mongeral AEGON - 175 anos de história", mostrando a importância da seguradora na história da previdência social brasileira e de que forma a participação de personagens ilustres da política nacional foram determinantes nessa trajetória.

O lançamento do livro, realizado em 38 cidades do País, contou com a participação de representantes do governo e sociedade local, imprensa e do mercado de seguros e previdência, sendo destaque na mídia especializada.

Desempenho

Em 2010, a Mongeral AEGON atingiu resultado expressivo em vendas (1ª mensalidade de novos planos de seguros de vida), principalmente de planos individuais, ficando 16% acima do observado em 2009.

O crescimento de 15% das Receitas Operacionais Totais (desconsideradas as Receitas Financeiras) e de 22% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que atingiram R\$ 435 milhões e R\$ 218 milhões respectivamente, demonstra o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da Mongeral AEGON. O resultado observado nas receitas é ainda mais significativo se comparado aos 11% de crescimento do mercado de seguros de pessoas e previdência aberta (excluindo-se os produtos PBGL e VGBL).

As Despesas Administrativas mantiveram-se no mesmo patamar do ano anterior como resultado da forte disciplina financeira, considerando as despesas relacionadas a Joint Venture entre Mongeral e AEGON, ocorridas em 2009 e não repetidas em 2010. O Resultado Operacional antes de Despesas Administrativas cresceu 22% atingindo R\$ 138 milhões.

O Lucro Líquido de R\$ 13,3 milhões, 770% superior a 2009, foi consequência do crescente resultado operacional e do efetivo controle de despesas.

Como efeito dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, o Patrimônio Líquido cresceu 20%, fechando o ano em R\$ 84,5 milhões.

Estratégias de incentivo à produção

O investimento na formação e capacitação de profissionais de vendas associado à estratégia de estabelecimento de parcerias com associações e entidades representativas de clientes foram os grandes responsáveis pelo crescimento observado nas vendas. Associadas aos diversos programas de relacionamento e motivação, estas iniciativas contribuíram para incrementar em 25% a quantidade de corretores ativos e em 30% o montante daqueles com os maiores volumes de produção.

Novas ferramentas para recrutamento e administração da produtividade de corretores

Comprovando mais uma vez mais sua vocação para a formação e desenvolvimento de novos profissionais para a venda de produtos de vida e previdência, a Mongeral AEGON lançou, no início do ano, uma nova ferramenta online para recrutamento, seleção e administração de corretores, o website www.novaprofissao.com.br. Ainda em 2010, desenvolvemos e implantamos a ferramenta "A Venda Certa", que permite que os gerentes estabeleçam objetivos, planejem e monitorem as atividades de seus corretores em bases diárias, pela internet, corrigindo em tempo real o curso das ações de prospecção e venda sempre que necessário.

Ampliação da rede de distribuição

O projeto de expansão territorial iniciado em 2008 com a abertura de unidades de negócios em Santos e São José do Rio Preto (no estado de SP) foi ampliado em 2010 com a inauguração dos escritórios de Londrina (PR), Pelotas e Novo Hamburgo (RS), Pouso Alegre (MG), Palmas (TO), Niterói (RJ), além de Araraquara e Franca (SP). Ao longo dos últimos anos, foram abertas 23 novas unidades, que hoje já respondem por 20% da produção total estimada da empresa.

Novos produtos e segmentos de atuação

Além de investir fortemente na ampliação de seus canais de distribuição, a Mongeral AEGON investe também na ampliação de seu portfólio de produtos e atendimento aos diferentes segmentos de mercado. Para isso, em 2011, a companhia lançará seus próprios produtos de PGBL e VGBL e comercializará produtos específicos para o segmento de alta renda, importando os conceitos de subscrição médica e avaliação de risco individual, permitindo a melhor classificação do risco, resultando em forte benefício de custo para os clientes. A Mongeral AEGON também entrará no mercado de capitalização, almejando a abertura de uma nova companhia ainda em 2011, já tendo submetido o processo de aprovação prévia à SUSEP.

As projeções indicam que os novos produtos serão responsáveis por aproximadamente 40% da arrecadação da companhia em 5 anos.

Novas parcerias comerciais e estímulo às operações de empréstimos pessoais

Com o objetivo de oferecer melhores condições de crédito aos seus clientes e maiores benefícios aos parceiros que comercializam o MongeralCred por todo o país, a Mongeral AEGON reformulou o produto, aumentando o leque de opções de parceiros financeiros. A iniciativa permitiu ganhos em agilidade na aceitação das propostas com a garantia e o respaldo de instituições financeiras de peso, passando a contar com a chancela dos bancos BV, BMG, BGN, Unibanco, além da CAIXA e do Banco do Brasil. Os efeitos foram sentidos fortemente no segundo semestre com crescimento de 110% nas vendas, relativamente ao primeiro semestre.

Tecnologia da Informação

Dando continuidade ao desenvolvimento do sistema integrado de negócios (Sistema eSIM), que suportará todas as operações atuais e futuras da Mongeral AEGON, foram postos em produção os módulos de implantação e faturamento de seguros grupais.

Governança Corporativa

Foram adotadas as medidas necessárias à prevenção e combate à fraude e à lavagem de dinheiro. Investimentos adicionais foram realizados para o fortalecimento do departamento de Compliance. Novos Recursos estão programados para 2011, especificamente para fortalecimento de controles, processos e redução de riscos. O projeto será conduzido com a participação direta da AEGON.

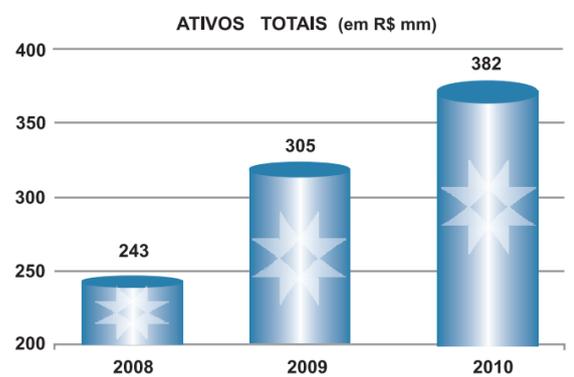
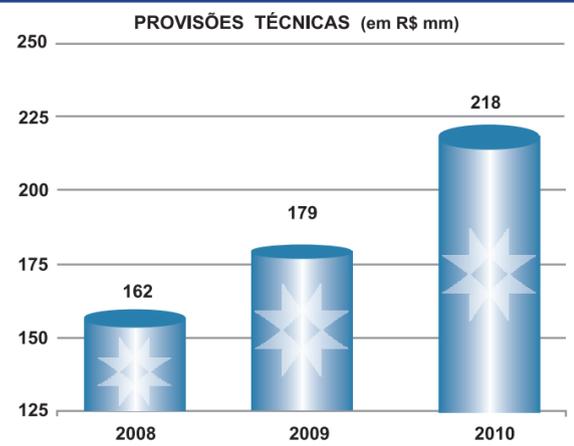
Declaração

Em atendimento à circular SUSEP Nº 379 de 19 de dezembro de 2008, a Mongeral AEGON declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Agradecimentos

A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado.

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009
ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	201.444	151.573
Disponível	1.544	1.859
Caixa e bancos	1.544	1.859
Aplicações (Nota 4)	135.363	104.815
Títulos de renda fixa	21.873	38.379
Quotas de fundos de investimentos	109.838	64.133
Títulos de renda variável	3.369	2.026
Outras aplicações	283	277
Créditos das operações com seguros e resseguros	14.711	7.783
Prêmios a receber	9.251	5.655
Operações com seguradoras	265	393
Operações com resseguradoras	6.315	1.004
(-) Provisão para riscos de créditos	(2.048)	(353)
Outros créditos operacionais	928	1.084
Adiantamento a corretores	374	969
Convênio DPVAT	554	115
Créditos das operações com previdência complementar	17.892	16.763
Valores a receber	17.190	14.777
Resseguradoras	3.821	4.479
Operações com repasses	438	43
(-) Provisão para riscos de créditos	(3.557)	(2.536)
Títulos e créditos a receber	18.910	11.166
Títulos e créditos a receber	1.444	1.665
Créditos tributários e previdenciários (Nota 15)	14.184	5.622
Depósitos judiciais e fiscais	327	213
Outros créditos	2.955	3.666
Adiantamento a funcionários	392	325
Adiantamento a fornecedor	460	171
Outros créditos a receber	2.103	3.170
Outros valores e bens	506	437
Empréstimos e depósitos compulsórios	10	10
Despesas antecipadas	526	271
Despesas de comercialização diferidas	11.982	8.469
Seguros e resseguro (Nota 10)	4.393	1.910
Previdência complementar (Nota 9)	7.589	6.559
ATIVO NÃO CIRCULANTE	180.200	153.629
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	118.376	96.721
APLICAÇÕES (NOTA 4)	97.762	78.195
Títulos de renda fixa - público	41.758	37.716
Quotas de fundos de investimentos	56.004	40.479
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.746	1.631
Operações com resseguradoras	1.746	1.631
Crédito das operações com previdência complementar	444	378
Operações com resseguros	444	378
Títulos e créditos a receber	9.976	8.254
Créditos tributários e previdenciários (Nota 15)	1.941	1.234
Depósitos judiciais e fiscais	8.035	7.020
Outros valores e bens	10	4
Despesas de comercialização diferidas	8.438	8.259
Seguros (Nota 10)	5.800	2.655
Previdência complementar (Nota 9)	2.638	5.604
PERMANENTE	61.824	56.908
Investimentos	23.531	23.531
Participações societárias	171	171
Imóveis destinados a renda (Nota 7)	23.360	23.360
Imobilizado (Nota 6)	12.683	11.386
Imóveis	8.231	7.909
Bens móveis	11.025	8.668
Outras imobilizações	1.131	993
(-)Provisão para desvalorização	(4)	(4)
(-)Depreciação	(7.700)	(6.180)
Intangível (Nota 8)	25.610	21.991
TOTAL DO ATIVO	381.644	305.202

	2010	2009
PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	133.031	90.682
Contas a pagar	38.714	22.642
Obrigações a pagar	18.071	12.864
Impostos e encargos sociais a recolher	4.939	4.435
Encargos trabalhistas	2.468	3.095
Empréstimos e financiamentos	1.059	1.781
Impostos e contribuições	12.177	467
Débitos de operações com seguros e resseguros	9.267	7.571
Operações com seguradoras	69	486
Operações com resseguradoras	5.570	5.142
Corretores de seguros e resseguros	3.004	1.499
Outros débitos operacionais	624	444
Débitos de operações com previdência complementar	14.976	11.753
Operações de resseguros	8.430	5.061
Operações de repasses	1.347	1.772
Outros débitos operacionais	5.199	4.920
Depósitos de terceiros	2.791	1.754
Depósitos de terceiros	2.791	1.754
Provisões técnicas - seguros (Nota 10)	37.813	22.676
Ramos elementares e vida em grupo	27.038	18.220
Provisão de prêmios não ganhos	3.880	2.590
Provisão de sinistros a liquidar	13.428	7.202
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	9.447	7.066
Outras provisões	283	1.362
Vida individual e vida com cobertura de sobrevivência (Nota 10)	10.775	4.456
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.282	893
Provisão de riscos não expirados	1.013	600
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados	3.034	782
Provisão de benefícios a regularizar	1.962	608
Outras provisões	3.484	1.573
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 9)	29.470	24.286
Planos bloqueados	213	10
Provisão de benefícios a regularizar	213	10
Planos não bloqueados	29.257	24.276
Provisão de benefícios a regularizar	11.506	9.719
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados	12.606	9.561
Outras provisões	5.145	4.996
Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar	4.730	4.519
Provisão de despesas administrativas	415	477
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	248.613	214.520
Exigível a longo prazo	164.125	144.094
Contas a pagar	2.918	2.414
Obrigações a pagar	1.000	1.000
Tributos diferidos (Nota 15)	855	920
Empréstimos e financiamentos	1.063	494
Débitos das operações com previdência complementar	1.681	3.482
Débitos de resseguros	1.681	3.482
Provisão técnica - seguros	60.052	43.758
Ramos elementares e vida em grupo	21.330	6.697
Provisão de sinistros a liquidar - provisões judiciais (Nota 12)	21.330	6.697
Vida com cobertura de sobrevivência (Nota 10)	38.722	37.061
Provisão matemática de benefícios a conceder	37.293	35.191
Provisão de oscilação de riscos	-	293
Provisão de excedente financeiro	1.429	1.577
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 9)	97.382	91.866
Planos bloqueados	153	155
Provisão matemática de benefícios concedidos	140	143
Outras provisões	13	12
Planos não bloqueados	97.229	91.711
Provisão matemática de benefícios a conceder	40.281	37.844
Provisão de riscos não expirados	6.546	6.078
Provisão de oscilação de riscos	-	2.503
Provisão matemática de benefícios concedidos	45.774	41.469
Provisão de insuficiência de contribuição	4.547	3.755
Provisão de excedente financeiro	81	62
Outros débitos	2.092	2.574
Provisões judiciais (Nota 12)	2.092	2.574
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 13)	84.488	70.426
Capital social	60.188	50.196
Aumento de capital (em aprovação)	-	9.992
Reservas de reavaliação	8.003	8.100
Reservas de lucros	16.480	3.127
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(183)	(989)
TOTAL DO PASSIVO	381.644	305.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2010	2009
Prêmios emitidos líquidos	160.328	107.135
Contribuições e prêmios para cobertura de riscos	213.804	209.842
Prêmios resseguros cedidos	(30.393)	(22.568)
Prêmios retidos	343.739	294.409
Variação das provisões técnicas	(4.987)	(9.961)
Prêmios ganhos	338.752	284.448
Sinistros retidos	(115.538)	(95.200)
Despesas de comercialização	(82.603)	(70.621)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 16)	987	(1.690)
	141.598	116.937
Rendas de contribuições e prêmios retidos	410	1.744
(-) Constituição de benefícios a conceder	(283)	(1.088)
(=) Receitas de contribuições e prêmios	127	656
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	3.856	1.982
(-) Variação de outras provisões técnicas	(4)	(296)
(-) Benefícios	(1.322)	(1.250)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 16)	(195)	744
	2.462	1.836
Despesas administrativas (Nota 16)	(104.404)	(104.146)
Despesas com tributos (Nota 16)	(13.233)	(10.822)
Resultado financeiro (Nota 16)	11.275	7.845
	(106.362)	(107.123)
Resultado patrimonial	(3.917)	(2.256)
(=) Resultado operacional	33.780	9.569
Resultado não operacional	(1)	175
(=) Resultado antes dos impostos e participações	33.780	9.569
Imposto de renda (Nota 15)	(6.437)	(593)
Contribuição social (Nota 15)	(4.084)	(473)
Participações sobre o resultado	(10.003)	(6.980)
(=) Lucro líquido do exercício	13.256	1.523
Quantidade de ações	15.895.432	15.895.432
Lucro líquido por ação (em R\$)	0,83	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Aumento capital		Reservas de		Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
	Capital social	em aprovação	Reavaliação	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2008	20.200	-	8.214	7.427	(1.068)	-	34.773
Aumento de capital							
AGE 28/05/2009	29.996	-	-	-	-	-	29.996
AGE 18/12/2009	-	9.992	-	-	-	-	9.992
Reserva de reavaliação	-	-	(114)	-	-	114	-
Realização	-	-	(79)	-	-	79	-
Baixa	-	-	(35)	-	-	35	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	79	-	79
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.523	1.523
Proposta para distribuição de resultado/reservas:	-	-	-	(4.300)	-	(1.637)	(5.937)
Reserva legal	-	-	-	76	-	(76)	-
Reserva especial de dividendos:	-	-	-	(572)	-	(132)	(704)
Destinação especial para dividendos	-	-	-	(704)	-	-	(704)
Constituição da reserva especial de dividendos	-	-	-	132	-	(132)	-
Reserva de retenção de lucros:	-	-	-	(3.804)	-	(1.158)	(4.962)
Destinação da reserva de retenção de lucros	-	-	-	(4.962)	-	-	(4.962)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.158	-	(1.158)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(271)	(271)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	50.196	9.992	8.100	3.127	(989)	-	70.426
Aumento de capital (Nota 13)	9.992	(9.992)	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação	-	-	(97)	-	-	97	-
Realização	-	-	(97)	-	-	97	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	806	-	806
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.256	13.256
Proposta para distribuição de resultado/reservas	-	-	-	13.353	-	(13.353)	-
Reserva legal	-	-	-	663	-	(663)	-
Reserva de retenção de lucros:	-	-	-	12.690	-	(12.690)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	60.188	-	8.003	16.480	(183)	-	84.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Mongeral" ou "Seguradora"), anteriormente denominada Mongeral S.A. Seguros e Previdência, é uma sociedade de capital fechado que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 07 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69. Pela Portaria nº 3.248, de 20 de Maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de joint venture entre a Mongeral e a AEGON Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2011. As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) vigentes em 2009, conforme previsto na Circular SUSEP 408 de 23 de agosto de 2010. Esta Circular prevê que as sociedades e entidades supervisionadas pela SUSEP deverão, a partir de 1º de janeiro de 2011, elaborar as demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Abaixo estão relacionados os principais pronunciamentos contábeis, aplicáveis à Companhia, que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011:

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| CPC 11 - Contratos de Seguros; | CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada; |
| CPC 15 - Combinação de Negócios; | CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; |
| CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada; | CPC 33 - Benefícios a Empregados; |
| CPC 22 - Informações por Segmento; | CPC 37 - (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; |
| CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; | CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; |
| CPC 24 - Evento Subsequente; | CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação; |
| CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; | CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; |
| CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; | CPC 41 - Resultado por Ação; |
| CPC 27 - Ativo Imobilizado; | CPC 43 - (R1) Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41 |
| CPC 30 - Receitas; | |

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora são as seguintes: a) **Disponível:** Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento. b) **Apuração do resultado:** Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro, são apropriados aos resultados quando da emissão das respectivas apólices e endossos de seguros e diferidos para apropriação em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, pela constituição da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. As contribuições para planos de previdência complementar e produtos Vida Gerador de Benefício Livre ("VGBL") são reconhecidos pelo regime de competência, que, no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, a partir de 2009, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento, de acordo com a Circular SUSEP nº 379/08. Em atendimento à Circular SUSEP nº 334, anexo I, item 15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo o prazo de diferimento das despesas de comercialização de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. c) **Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões técnicas, as provisões para contingências, os impostos diferidos, as receitas de prêmios com conhecimento do risco após o decurso do período de cobertura, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. d) **Aplicações financeiras:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados para negociação e disponíveis para venda são ajustados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados para negociação são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa, no exercício. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários", líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários. Os fundos de investimentos financeiros são avaliados pelo valor da quota, informado pelos Administradores dos fundos, na data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado. e) **Provisão para riscos de crédito:** A provisão para riscos de crédito é apurada com base em estudo técnico que leva em consideração o histórico de perdas e o risco de inadimplência, em relação aos créditos a receber e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. f) **Permanente:** Os investimentos são avaliados pelo método de custo. O imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de reavaliação dos imóveis, incluindo aqueles classificados como destinados a renda. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13, Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. O intangível refere-se: (a) aos gastos com desenvolvimento de sistemas cuja amortização se dará linearmente pelo prazo de cinco anos quando

da entrada em funcionamento do sistema em desenvolvimento; e (b) ao valor pago, em 28 de maio de 2009, conforme os termos firmados no Instrumento de Transferência de Carteiras de Produtos de Riscos Individuais e de Vida em Grupo, celebrado em 12 de Agosto de 2005 com a Icatu Hartford Seguros S.A e aditado em 20 de Março de 2006, devidamente aprovados pela SUSEP, e registrado como "Agião na Transferência de Carteira", no valor de R\$ 15.668. O saldo está sendo amortizado pelo método linear em 48 meses, conforme a expectativa de permanência média da carteira. g) **Redução ao valor recuperável dos ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nenhuma provisão foi considerada necessária em 31 de dezembro de 2010 e 2009. h) **Arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. i) **Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP, em conformidade com as notas técnicas e avaliação atuarial encaminhadas anualmente à SUSEP. A atualização monetária e os juros creditados às provisões técnicas, quando aplicadas, são contabilizados como despesas financeiras. **Seguros:** A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método pro rata dia, e atualizada monetariamente, quando aplicável, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial. A provisão de sinistros a liquidar corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor. A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de cadastro dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. A provisão de insuficiência de prêmio é calculada com base em nota técnica atuarial. Os cálculos efetuados não indicaram necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2010 e 2009. A Resolução CNSP nº 162/06, em seus artigos 5º e 21, com alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 181/07, estabeleceu a obrigatoriedade de constituição de uma provisão técnica denominada Provisão Complementar de Prêmios - PCP. A PCP deve ser calculada "pro rata" dia, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e as contribuições retidas ou prêmios líquidos recebidos, e o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNQ ou a PRNE constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não. **Previdência complementar:** As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). As provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada, enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se àqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada. As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's). A provisão de riscos não expirados é calculada pelo método "pro rata" dia, com base nas contribuições líquidas emitidas no mês e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuição, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. A provisão de eventos ocorridos, mas não avisados é constituída de acordo com a Resolução CNSP nº 162/2006 e Circular SUSEP nº 288/2005. A provisão de insuficiência de contribuição tem por objetivo a constituição da diferença apurada entre o cálculo das provisões matemáticas utilizando as bases técnicas de acordo com a Tábua Biométrica AT-2000, a qual se assemelha à experiência de planos de Previdência Complementar da Seguradora, e o cálculo das provisões utilizando as bases técnicas estabelecidas nos planos, se positiva. A provisão de oscilação financeira tem por objetivo evitar eventuais insuficiências futuras e ainda o reconhecimento antecipado de resultados futuros provenientes tanto do descasamento do índice de atualização monetária de remuneração, quanto das taxas de juros garantidas nas provisões matemáticas dos planos de previdência complementar. j) **Contribuição social e imposto de renda:** Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social à alíquota de 15% para o exercício de 2010. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, os ajustes temporais de imposto de renda são calculados à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota 15% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos. k) **PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. l) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP 379/08 e pronunciamento NPC 22 - IBRACON. Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível e remota são apenas divulgadas em notas explicativas. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. m) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03.

4. Aplicações em títulos e valores mobiliários:

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

	2010						2009			
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 6 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
I. Títulos para negociação	-	75.084	2.634	15.686	21.157	17.433	131.994	131.994	102.789	102.789
Títulos de renda fixa - privados	-	2.949	2.634	8.901	-	-	14.484	14.484	22.561	22.561
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	3.087	2.084	2.218	7.389	7.389	7.158	7.158
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de investimento	-	24.054	-	-	-	-	24.054	24.054	275	275
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	-	11.654	-	-	-	-	11.654	11.654	2.653	2.653
Quotas de fundos de investimentos multimercado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos especialmente constituídos	-	-	-	-	2.024	-	2.024	2.024	8.660	8.660
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	3.698	-	-	3.698	3.698	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	17.049	15.215	32.264	32.264	37.810	37.810
Cotas de fundos de Investimento	-	2.029	-	-	-	-	2.029	2.029	-	-
Operação compromissada	-	34.152	-	-	-	-	34.152	34.152	23.349	23.349
Outras aplicações	-	283	-	-	-	-	283	283	277	277
Outros (*)	-	(37)	-	-	-	-	(37)	(37)	46	46
II. Títulos disponíveis para venda	3.369	-	-	-	-	-	3.369	3.369	2.026	2.026
Títulos de renda variável	3.369	-	-	-	-	-	3.369	3.369	2.026	2.026
Ações de companhias de capital aberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
III. Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	97.762	97.762	112.750	78.195	86.570
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	-	-	-	41.758	41.758	48.710	37.716	41.934
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos especialmente constituídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	56.004	56.004	64.040	40.479	44.636
Total geral	3.369	75.084	2.634	15.686	21.157	115.195	233.125	248.113	183.010	191.385

(*) Referem-se a despesas dos fundos, como outros valores a receber e a pagar, taxa de administração, taxa de gestão, entre outras.

O valor de Mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos de renda variável foi obtido a partir do preço divulgado pela Bovespa. Os títulos públicos federais, classificados como Mantidos até o Vencimento, foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Para fins de divulgação, apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

b) **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2010, a Seguradora possuía em seus fundos de investimento exclusivos contratos futuros de cupom cambial (DDI). Estas operações em aberto têm vencimentos entre abril de 2011 e abril de 2012. Os valores dos ajustes diários são contabilizados diariamente dentro do fundo de investimento especialmente constituído. A posição em 31 de dezembro é como segue:

Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor de referência	Valor Total		
						2010	2009	Objetivo
DDI	Comprado	Dólar Americano	2/1/2011	20	USD 1.000.000	1.640	1.737	Hedge
DDI	Comprado	Dólar Americano	2/1/2011	20	USD 1.000.000	1.595	1.695	Hedge
DDI	Comprado	Dólar Americano	2/1/2012	20	USD 1.000.000	-	1.628	Hedge

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o hedge da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DDI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação do câmbio.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições, sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição. Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (V@R, Tracking Error e Testes de stress), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do The Bank of New York Mellon.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

5. Garantia das provisões técnicas: O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 3.308 de 31 de março de 2006, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 226 de 06 de dezembro de 2010, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	2010	2009
Provisões técnicas – seguros e previdência	224.717	182.585
Exclusões:		
Provisões técnicas – Resseguros	(6.986)	(3.607)
Direitos creditórios	(11.440)	(9.268)
Outras	(26.029)	(2.346)
Total das exclusões	(44.455)	(15.221)
Provisões técnicas para cobertura	180.262	167.364
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento	12.750	2.929
Quotas de fundos especialmente constituídos	130.134	101.683
Títulos de renda fixa – públicos	41.758	46.376
Ações de companhias abertas	3.369	2.015
Imóveis	4.721	4.852
Certificados de depósito bancário	14.484	22.561
Debêntures	7.389	7.158
	214.605	187.574
Suficiência	34.343	20.210

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas.

6. Imobilizado: O imobilizado está composto como segue:

	2010		2009	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos para uso próprio	837	-	837	796
Edificações	7.390	(2.150)	5.240	5.220
Equipamentos de informática e telecomunicações	7.527	(3.494)	4.033	3.321
Móveis, máquinas e utensílios	3.263	(817)	2.446	1.931
Veículos	235	(231)	4	27
Outras imobilizações	1.131	(1.008)	123	91
Total	20.383	(7.700)	12.683	11.386

7. Imóveis destinados a renda

	2010		2009	
	Custo	Reavaliação	Valor	Valor
Terrenos destinados a renda				
Residencial Farol de Santa Marta	16.591	265	16.856	16.856
Estrada dos Bandeirantes	990	5.514	6.504	6.504
Total	17.581	5.779	23.360	23.360

Os imóveis destinados a renda estão apresentados pelo valor reavaliado constante de laudo de avaliação em 30 de abril de 2006.

8. Intangível

O intangível está composto como segue:

	2010		2009	
	Custo	Amortização	Valor	Valor
Ágio (1)	15.668	(6.202)	9.466	13.383
Desenvolvimento de software	16.407	(307)	16.100	8.564
Marcas e patentes	44	-	44	44
Total	32.119	(6.509)	25.610	21.991

(1) Refere-se a ágio na aquisição de carteira conforme descrito na nota 3.f.

9. Provisões técnicas e despesas de comercialização diferidas - previdência complementar

a) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no exercício

	Saldo em		Reversões/Encargos		Saldo em	
	31.12.09	Constituições	baixas	financeiros	31.12.10	
Circulante	31.12.09				31.12.10	
Provisão de benefícios a regularizar	9.729	110.326	(114.982)	6.646	11.719	
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	9.561	8.840	(5.795)	-	12.606	
Provisão de resgates ou valores a regularizar	4.519	10.797	(10.685)	99	4.730	
Provisão de despesas administrativas	477	234	(296)	-	415	
Total	24.286	130.197	(131.758)	6.745	29.470	

b) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no exercício

	Saldo em		Reversões/Encargos		Saldo em	
	31.12.09	Constituições	baixas	financeiros	31.12.10	
Não Circulante	31.12.09				31.12.10	
Provisão matemática de benefícios concedidos	41.612	16.267	(11.965)	-	45.914	
Provisão matemática de benefícios a conceder	37.844	3.325	(5.247)	4.359	40.281	
Provisão de insuficiência de contribuição	3.755	1.341	(549)	-	4.547	
Provisão de excedente financeiro	62	65	(46)	-	81	
Provisão de riscos não expirados	6.078	2.664	(2.196)	-	6.546	
Provisão de oscilação de riscos	2.503	746	(3.263)	14	-	
Outras provisões	12	3	(2)	-	13	
Total	91.866	24.411	(23.268)	4.373	97.382	

c) Demonstração da movimentação das despesas de comercialização diferidas no exercício

	31.12.09		Amortização		31.12.10	
	Constituição					
Curto prazo	6.559	1.681	(651)	-	7.589	
Longo prazo	5.604	1.002	(3.968)	-	2.638	

10. Provisões técnicas e despesas de comercialização diferidas - seguros

a) Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	2010	2009
Acidentes pessoais coletivos	1.363	790
Provisões de prêmios não ganhos	2.264	1.034
Sinistros a liquidar	2.992	2.156
Sinistros ocorridos e não avisados	-	87
Provisão complementar de prêmios	6.619	4.067
Vida em grupo	2.339	1.663
Provisões de prêmios não ganhos	10.135	5.683
Sinistros a liquidar	4.487	3.543
Sinistros ocorridos e não avisados	134	691
Provisão complementar de prêmios	17.095	11.580
DPVAT	21.527	6.953
Sinistros a liquidar	1.377	898
Sinistros ocorridos e não avisados	53	480
Provisão de despesas administrativas	22.957	8.331
Renda de eventos aleatórios	24	2
Provisões de prêmios não ganhos	49	17
Sinistros a liquidar	10	7
Sinistros ocorridos e não avisados	83	26
Perda certificado de habilitação de voo	35	27
Provisões de prêmios não ganhos	-	56
Sinistros a liquidar	94	104
Sinistros ocorridos e não avisados	3	10
Provisão complementar de prêmios	132	197
Acidentes pessoais individuais	115	107
Provisões de prêmios não ganhos	409	143
Sinistros a liquidar	274	179
Sinistros ocorridos e não avisados	-	16
Provisão complementar de prêmios	798	445
Vida individual e vida com cobertura de sobrevivência - VGBL	1.282	893
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.282	893
Vida individual	1.013	600
Provisão de riscos não expirados	3.034	782
Eventos ocorridos e não avisados	1.962	608
Provisão de benefícios a regularizar	37.293	35.191
Provisão matemática de benefícios a conceder	-	293
Provisão de oscilação de riscos	1.429	1.577
Provisão de excedente financeiro	3.485	1.573
Outras provisões	48.216	40.624
Prestamista	4	1
Provisões de prêmios não ganhos	374	13
Sinistros a liquidar	213	179
Sinistros ocorridos e não avisados	92	79
Provisão complementar de prêmios	683	272

b) Demonstração das despesas de comercialização diferidas no exercício

	2010	2009
Curto prazo	4.393	1.910
Longo prazo	5.800	2.655
Total	10.193	4.565

11. Principais ramos de atuação

Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

Ramo	2010			2009		
	Prêmios Ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Acidentes pessoais coletivos	22.142	25,81%	23%	13.142	29,84%	25%
Vida em grupo	52.476	46,03%	23%	40.082	45,10%	25%
Prestamista	1.679	53,83%	23%	1.123	83,90%	25%
Renda de eventos aleatórios	82	92,36%	23%	39	229,56%	25%
Acidentes pessoais individuais	2.558	35,44%	23%	2.025	9,72%	25%
DPVAT	27.728	89,16%	1%	22.735	89,22%	2%
Vida individual	41.031	19,13%	23%	19.653	23,44%	25%
Perda de certificado habilitação de voo	655	-2,73%	23%	946	22,20%	25%

12. Provisões para contingências

a) **Descrição resumida das principais ações – Fiscais:** A causa com valor relevante em que a Administração e os advogados que assessoram a Seguradora avaliam que a probabilidade de perda é provável somam o total de R\$426 e aquelas em que a probabilidade é possível ou remota somam o total de R\$17.008. Relativamente à COFINS são quatro causas, todas com probabilidade possível, com o total de R\$ 5.807, com fato gerador compreendido entre fevereiro de 1999 a março de 2004, onde a Seguradora pleiteia o direito de não recolher a contribuição, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Relativamente ao PIS, trata-se de quatro causas com probabilidade remota, no total de R\$ 1.872, com fato gerador compreendido entre fevereiro de 1999 a março de 2004, onde a Seguradora pleiteia o direito de não recolher o tributo, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Relativamente à CSLL, são duas causas, ambas com probabilidade remota, com o total de R\$ 5.190, com fato gerador compreendido até março de 2004, período em que a Seguradora era uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, pleiteia a inexistência de fato gerador. **Cíveis:** Existem 907 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, a qual está registrada nas rubricas "Reservas Técnicas" no montante de R\$ 10.325 (R\$ 9.653 em 2009) e "Outros Passivos Contingentes - Contingências Cíveis", no montante de R\$ 1.126 (R\$ 1.811 em 2009). **Trabalhistas:** As ações trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-funcionários e por ex-prestadores de serviços que pleiteiam o vínculo empregatício. Essas ações encontram-se em diversas fases de tramitação, motivo pelo qual a provisão de desembolso fica prejudicada. O provisionamento é efetuado com base na classificação de risco de perda de cada ação.

b) **Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda:**

Probabilidade de perda	Contingências fiscais			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	1	426	426	406
Possível	39	11.818	-	-
Remota	2	5.190	-	-
Total	42	17.434	426	406

Probabilidade de perda	Contingências trabalhistas			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	12	482	482	358
Possível	22	1.028	-	-
Remota	9	288	-	-
Total	43	1.798	482	358

Probabilidade de perda	Contingências cíveis			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	160	11.451	11.451	12.131
Possível	636	28.967	-	-
Remota	111	3.746	-	-
Total	907	44.164	11.451	12.131

c) **Movimentação das provisões judiciais**

Descrição	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
No início do exercício	418	548	12.131
Constituições/reestimativas	-	60	2.226
Liquidações	-	(128)	(2.989)
Atualizações	8	2	83
No final do exercício	426	482	11.451

13. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 o capital social, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 15.895.432 ações ordinárias sem valor nominal. Em 20 de maio de 2009, a SUSEP, através da Portaria nº 3.248, aprovou o acordo de joint venture entre a Mongeral e a AEGON Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2009, os acionistas da Seguradora deliberaram pelo aumento do capital no montante de R\$29.996, com a emissão de 1.240.000 novas ações ordinárias, aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/DECON nº 1.046 de 06 de outubro de 2009. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2009, os acionistas da Seguradora deliberaram pelo aumento do capital no montante de R\$9.992, elevando-o de R\$50.196 para R\$ 60.188 com a emissão de 2.255.432 novas ações ordinárias, aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/DECON nº 1.096 de 21 de maio de 2010. b) **Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 31 de dezembro de 2010, não foram propostos dividendos por inexistir intenção de distribuição. Essa proposta deverá ser ratificada pela Assembleia Geral Ordinária. c) **Lucros acumulados:** Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal, quando existentes, são destinados à Reserva de Retenção de Lucros, na forma do artigo 196 da Lei das S.A. d) **Reservas:** As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro do exercício e o restante é destinado para reserva de lucros. e) **Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA, margem de solvência e exigência de capital:**

Descrição	2010	2009
Patrimônio líquido	84.488	70.426
(-) Despesas antecipadas	(526)	(271)
(-) Marcas e patentes	(44)	(44)
Patrimônio líquido ajustado – PLA	83.918	70.111
Patrimônio mínimo necessário – por prêmio	21.437	16.962
Patrimônio mínimo necessário – por sinistro	15.141	12.668
Margem de solvência (a)	21.437	16.962
Capital base – CB	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição – CAS	20.293	14.952
Capital mínimo requerido – CRM (b)	35.293	29.952
Patrimônio líquido ajustado	83.918	70.111
(-) Exigência de capital – EC maior entre a (a) ou (b)	(35.293)	(29.952)
Suficiência de capital – R\$	48.625	40.159
Suficiência de capital (% da EC)	137,78%	134,08%

A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido – CMR, considerando a data base de 31 de dezembro de 2010, utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos anexos III, IV, V e VI da Circular SUSEP nº 355/2007 na forma divulgada na Resolução CNSP nº 158/2006, apresentando plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. As Resoluções CNSP nº 222 e nº 228, de 6 de dezembro de 2010, dispõem sobre as novas regras para cálculo do patrimônio líquido ajustado, e sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito, respectivamente. Essas resoluções entram em vigor em 1º de janeiro de 2011, e de acordo com a avaliação preliminar da Administração da Companhia, reduziriam a suficiência do capital pelo valor contábil do intangível (R\$ 25.610 e R\$ 21.991 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente).

14. Transações com partes relacionadas: A Seguradora efetua operações com empresa integrante do grupo AEGON, as quais são realizadas em condições consideradas pela Administração como compatíveis com as de mercado. A principal operação com essa empresa compreende a operação de resseguro de planos de previdência privada e de seguros de vida com cobertura de risco, envolvendo o repasse de prêmios registrados na rubrica "Prêmios Resseguros Cedidos", recuperação de comissões registradas na rubrica "Despesas de Comercialização" e recuperação de sinistros registrados na rubrica "Sinistros Retidos". Durante o exercício, a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros do Conselho de Administração. Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Transamérica Life Insurance								
Company	1.007	710	3.508	2.693	7.651	7.453	9.	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	2010	2009		2010	2009
Outras receitas e despesas operacionais - previdência			Resultado financeiro		
Serviço funeral	11.668	12.303	Títulos de renda fixa	12.115	4.777
Receita com lucros na operação (IRB/ICATU)	439	574	Receitas com fundos de investimentos	16.872	7.504
Receita operacional com ressegurador	2.271	4.160	Despesas financeiras sobre provisões técnicas	(17.938)	(7.482)
Receitas c/serviços de distribuição	1.608	1.873	Oscilação cambial	44	1.771
Processos judiciais	(4.691)	(2.387)	Outras	182	1.275
Serviço funeral	(3.413)	(4.495)		<u>11.275</u>	<u>7.845</u>
Serviços assistenciais	(3.797)	(3.609)			
Taxa de administração	(1.497)	(2.920)	17. Eventos subsequentes		
Provisão para riscos sobre valores a receber	(954)	(2.536)	Em 01 de fevereiro de 2011, a Companhia alienou o terreno localizado na Estrada dos Bandeirantes, classificado como imóveis para renda, por R\$ 8.000 (oito milhões de reais).		
Correspondente bancário	(1.460)	(1.766)	18. Outras informações: (a) A Seguradora efetuou contribuições de R\$ 1.312 (R\$ 1.195 em 2009) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas". Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora constituiu provisão de R\$ 862, de acordo com os requerimentos da NPC 26, registrado na rubrica "Obrigações a Pagar". (b) Em dezembro de 2010, o Ministério da Fazenda, através do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados, tornou público certas resoluções e circulares, e elencamos abaixo aquelas aplicáveis à Companhia. Na avaliação da Companhia, tais resoluções e circulares não geraram impactos significativos para suas operações ou demonstrações financeiras, conforme segue: • Resolução CNSP nº 222, emitida em 6 de dezembro de 2010: institui regras e procedimentos para o cálculo do patrimônio líquido ajustado exigido das entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011; • Resolução CNSP nº 226, emitida em 6 de dezembro de 2010: dispõe sobre os critérios para a realização de investimentos pelas sociedades seguradoras, resseguradores locais, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, em vigor a partir da data da sua publicação; • Resolução CNSP nº 228, emitida em 6 de dezembro de 2010: dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011; • Circular SUSEP nº 410, emitida em 22 de dezembro de 2010: institui o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e define regras e procedimentos para sua realização, a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, em vigor na data da publicação; • Circular SUSEP nº 411, emitida em 22 de dezembro de 2010: dispõe sobre os critérios de apuração do capital adicional baseado nos riscos de subscrição das sociedades seguradoras, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011; • Circular SUSEP nº 412, emitida em 22 de dezembro de 2010: dispõe sobre instruções complementares para plano corretivo de solvência e plano de recuperação de solvência, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011; Circular SUSEP nº 413, emitida em 22 de dezembro de 2010: dispõe sobre as instruções complementares necessárias ao cálculo do capital adicional baseado nos riscos de subscrição das sociedades seguradoras e dos resseguradores locais, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011; • Circular SUSEP nº 414, emitida em 22 de dezembro de 2010: dispõe sobre instruções complementares necessárias à execução das regras de cálculo do capital adicional baseado nos riscos de subscrição dos resseguradores locais, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011.		
Outras	(195)	744			
Despesas de comercialização - previdência e seguros					
Despesas de corretagem e agenciamento	(62.739)	(54.633)			
Despesas de custeamento de vendas	(9.159)	(8.462)			
Despesas com serviços técnicos	(398)	(380)			
Consultoria comercial	(1.262)	(951)			
Campanha de venda	(3.657)	(2.830)			
Marketing	(1.227)	(1.254)			
Transporte de malotes	(1.284)	(908)			
Treinamento e Desenvolvimento	(2.045)	-			
Outras	(832)	(1.203)			
	<u>(82.603)</u>	<u>(70.621)</u>			
Despesas administrativas					
Pessoal próprio	(62.129)	(63.036)			
Serviços de terceiros	(15.869)	(17.898)			
Localização e funcionamento	(20.285)	(17.993)			
Publicidade e propaganda	(2.749)	(1.456)			
Despesas com donativos e contribuições	(571)	(356)			
Reversão judicial	(194)	386			
Jornais e revistas	(122)	(131)			
Publicações	(238)	(312)			
Multas	(575)	(964)			
Convênio DPVAT	(1.610)	(2.344)			
Outras	(62)	(42)			
	<u>(104.404)</u>	<u>(104.146)</u>			
Despesas com tributos					
Impostos	(618)	(453)			
Contribuições	(12.047)	(10.079)			
Taxa de fiscalização	(512)	(240)			
Outras	(56)	(50)			
	<u>(13.233)</u>	<u>(10.822)</u>			

Helder Molina Diretor Presidente	José Carlos Gomes Mota Diretor	Osmar Navarini Diretor
Nelson Emiliano Costa Atuário - MIBA Registro 1068	Cleide de Sant'Anna Pacheco Contador - CRC(RJ) 064.163/0-8	

PARECER ATUARIAL

De acordo com o disposto na Resolução CNSP Nº 135, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP Nº 272, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial dos Planos de Previdência Complementar Aberta e Seguros garantidos pela **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A**, no período de 01/01/2010 a 31/12/2010. Foram adotados na avaliação em tela os critérios e os procedimentos técnicos usuais, bem como padrões de razoabilidade quanto às premissas de cálculo, em consonância com o disposto na legislação em vigor e nas Notas Técnicas dos planos de benefícios avaliados. Os recálculos das provisões técnicas, assim como os cálculos referentes aos demais itens da avaliação e as respectivas verificações, tiveram por base as informações e os dados cadastrais, que, depois de submetidos à crítica e à devida consistência, foram considerados adequados. A Avaliação Atuarial foi elaborada separadamente por cada ramo ou plano/benefício da Seguradora, sendo analisada cada provisão técnica. Foram verificados que os critérios estabelecidos nas

normas vigentes e nas bases técnicas dos planos, devidamente aprovadas pelo órgão responsável, foram atendidos, e, constatou-se a necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Contribuições no valor de R\$4.560.835,25. Quanto à Provisão de Insuficiência de Prêmios não se verificou a necessidade de sua constituição. Foi constituída Provisão Complementar de Prêmios conforme legislação vigente. Através da análise dos ativos e passivos da Seguradora, de acordo com os resultados da referida avaliação atuarial, cumpre-nos certificar que, em nossa opinião, as provisões técnicas constituídas estão adequadas ao cumprimento das obrigações atuais e futuras assumidas nos respectivos planos de benefícios. Este Parecer é parte integrante do Relatório Atuarial da Avaliação. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2011. **Luiz Claudio do Amaral Friedheim** - Diretor Responsável Técnico; **Nelson Emiliano Costa** - Atuário Responsável Técnico - MIBA 1068.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Eduardo Wellichen
Contador CRC - 1SP 184.050/O-6 - S - RJ
Roberto Martorelli
Contador CRC - 1RJ 106.103/O-0